

ARISTÓTELES: POLÍTICA E TRABALHO

JUSSEMAR WEISS*

RESUMO

O artigo trata da construção da oposição entre trabalho e política existente na Polis, na obra *Política*, de Aristóteles. Em Aristóteles não existe um conceito sintético quanto ao trabalho, mas a discussão sobre a oposição acima escrita aparece no estudo que faz o autor grego sobre a escravidão e o escravo, e a definição da condição humana como política.

PALAVRAS-CHAVES: política, escravo, escravidão, democracia, cidadania, filosofia, felicidade, riqueza, economia.

Após quase dez anos voltamos a analisar na obra aristotélica a questão da escravidão, já que, decorrido esse tempo, notamos que, para além de qualquer crítica anacrônica, pode-se observar que Aristóteles pensou questões políticas não somente no, mas para outro tempo que aquele no qual vivemos.

O mundo dele era aquele dos povos gregos, que se viam como ponto avançado da civilização, cercado de bárbaros por todos os lados, sobre os quais julgavam poder exercer um poder natural. Esse mundo de cidades rivais, que se mantinham a partir do trabalho escravo, resultado das incursões contra os bárbaros, praticava uma economia essencialmente rural, em que o artesanato se encontrava ligado à indústria, e de um comércio marítimo realizado em todo o Mediterrâneo. Nova ou antiga, a elite gozava de estabilidade e fortuna suficiente para não precisar trabalhar cotidianamente. Esse mundo, enfim, encontrava-se fracionado em várias pequenas unidades, ciosas de sua autonomia. A vida política nessas cidades era por tradição um serviço de uma fração reduzida. Vista dessa forma, podemos perguntar: o que nós temos em comum com esse mundo aristotélico? Certamente muito pouca coisa.

É evidente que esse mundo o qual Aristóteles quer ajudar a partir de suas pesquisas é um mundo de gregos inflados por sua

* Professor do Departamento de Biblioteconomia e História – FURG.

superioridade em relação aos bárbaros, um mundo escravista, rural, dispersado em pequenas cidades, onde uma das maiores virtudes é a coragem, a virilidade (*andréia*). Esse mundo é radicalmente diferente do nosso, nele nós não nos reconhecemos. Ainda se a filosofia coloca Aristóteles em posição para tomar distância, o que ele faz é defender, a partir da natureza, as pequenas comunidades de cidadão, desprezar o trabalho, denunciar o crescimento econômico, reconhece uma escravidão ligada à natureza dos humanos, e assume a inferioridade dos bárbaros.

É verdade que Aristóteles não escreveu para o nosso tempo, e que ele se encontra justificado, em certa medida, já que as mudanças que engendraram nosso mundo surgiram a partir de revoluções sociopolíticas que se impuseram mais tarde. No entanto, as justificativas que o filósofo cria para suas proposições não são todas inspiradas na história, em circunstâncias determinadas; muitas são, ao contrário, fundadas, conforme diz o filósofo, segundo a natureza, e por isso nos levam a pensar em sua universalidade. Suas razões pretendem, então, colocar em causa o que teria de contingente nos princípios sobre os quais repousam as concepções atuais da vida social e política. Lido dessa forma, Aristóteles surge como um autor capaz de nos provocar, a partir de um questionamento profundo, as bases de nossas concepções.

Uma das posições de Aristóteles, a mais provocante, sem contestação, é aquela na qual ele defende a escravidão. A questão da escravidão não é somente interessante nela mesma, mas ela, também, comporta uma série de pesadas conseqüências para a compreensão da política. Nota-se isso percorrendo o livro primeiro da *Política*.

A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO: UMA QUESTÃO DE DIREITO OU NATUREZA?

Hoje não se coloca mais politicamente a questão da escravidão, pela simples razão que um princípio do direito positivo aboliu essa instituição. Ainda politicamente falando, também na antiguidade ela não colocava nenhuma vantagem, pela mesma razão, pois um direito, escrito ou não, consagrava essa instituição. Mas a escravidão era motivo de reflexão nas esferas intelectuais, como hoje, legitimamente um filósofo se interroga sobre os princípios do direito, ou da natureza humana.

Há no livro do filósofo duas interrogações diferentes. Quando considera o direito que institui a escravidão (no livro I, cap. 6), Aristóteles não tem nenhuma pena, ao afirmar que existem escravos, definidos como tal a partir de uma questão legal. São escravos

conforme a lei, que consagra o direito de guerra, autorizando o vencedor a servir-se do vencido, e, no entanto, este direito do mais forte é contestável. Um filósofo moderno poderia conceder, de maneira semelhante, que existem homens livres legalmente falando, que esta lei consagra uma liberdade natural e que ela pode ser contestada?

No fundo é isso que o filósofo estagirita afirma quando considera a natureza humana (cap. 4-5). É a partir dessa definição que ele determina a condição servil como aceitável se e somente se ela não for resultado de um contrato imposto pela lei: “existe vantagem e amizade recíproca entre um escravo e seu senhor quando os dois se julgam naturalmente como tais.”... “mas se não é o caso, e que eles são em virtude da lei ou da força é ao contrário” (L. I, cap. 6, 1255b 12-15). Ora, se, para Aristóteles, a escravidão natural é precisamente aquela que se estabelece não a partir de um contrato legal, o senhor natural, o homem naturalmente livre também não é livre por uma definição legal. Aristóteles, de um lado, afirma que todos os homens não são iguais de natureza, igualmente livres, e de outro, coloca essa distinção natural como não podendo ser abolida, sem perdas para o direito, se contrariar essa natureza de um jeito ou de outro. A segunda posição é provocante, pois ela coloca em xeque a pretensão moderna de fundar o direito na natureza; a primeira, porque ela nega a tendência moderna de colocar de uma forma verdadeira, à luz do dia, a natureza humana.

A NATUREZA NOS TORNA LIVRES?

Ao examinar com mais cuidado essa primeira provocação, constata-se que ele afirma simplesmente que o servilismo que consiste para o ser humano em oferecer-se como instrumento à autoridade de um outro ser humano é um acontecimento comum e espontâneo. Se, pela lei, abolir-se a escravidão em nome de um princípio, o que aconteceria, segundo Aristóteles, seria contrariar uma tendência natural corrente, forçando à liberdade quem nasceu para ser escravo, e fazendo escravo o livre. O Autor assume de uma forma natural, espontânea, sem demonstrar essa afirmação, pois diz que nenhum contrato pode colocar nove décimos da população na condição de escravo. No livro VII, Cap. 7, ele volta a essa suposta espontaneidade, essa capacidade de alguém ser positivamente homem de outro. Quando isso acontece, diz ele, estamos diante de uma grande docilidade de caráter, falta energia necessária para sermos totalmente homem. Mas essa doença do caráter não é dissociável de uma outra incapacidade psicológica, da qual o filósofo fala e sobre a qual convém demorar-se.

Antes de irmos mais longe, lembremos que, para Aristóteles, a

condição servil é uma questão de que envolve uma particularidade psicológica entre os homens, e que, abordada dessa forma, a questão da escravidão deixa de fora, totalmente, o princípio moderno da igualdade natural, fundada sobre uma racionalidade comum aos seres humanos. Embora Aristóteles não ignore esse princípio, para ele o temperamento e a inteligência servis são aqueles de um ser humano. Para o autor grego, o escravo é, como todo homem livre, um ser racional. Ele mostra esse seu pensamento ao protestar contra aqueles que em sua época pensavam ao contrário. No Livro I (cap. 13, 1260b – 5-6): “estão errados aqueles que negam a existência da razão nos escravos”. Mas ele é atento às formas pelas quais a razão se constitui nos homens, indicando que a alma servil é aquela que não tem capacidade deliberativa (Livro I, cap. 13, 1260a, 12). O que isso quer dizer: não ter capacidade deliberativa? Em uma longa passagem da Ética a Eudemo (II, cap. 10, 1226b, 19-26) Aristóteles explica de uma forma clara.

A incapacidade deliberativa não é uma enfermidade natural, que seja congênita, que acompanhe os humanos desde seu nascimento até a morte. Ao nascer, ao contrário, a natureza, salvo acidentes, é igualmente generosa com todos os homens, e com o crescimento ela dota os homens, igualmente, de razão. A alma servil não vem da natureza, não está gravada em cada ser humano como uma destinação. O que falta à alma servil é algo adquirido a partir de um processo educativo, se se quer, e sem o qual o homem age sem deliberar, vivendo ao nível de seus apetites imediatos.

Ora, essa procura, essa educação é, para Aristóteles um objetivo pessoal: é um alvo na vida e na existência. Sem essa busca, não existe capacidade deliberativa, já que a deliberação consiste em procurar os meios que permitam chegar a um fim.

Entendida dessa forma, a alma servil é aquela que não tem um alvo, que não busca um fim ao qual subordinar sua ação, para além, certamente, daquela ação vinculada à sobrevivência, todos tendem a preservar sua existência como também daqueles que lhes são queridos. Para além disso se compreende o servilismo, a alma que se entrega ao outro, se remete totalmente ao outro e se satisfaz, oferecendo-se como mão-de-obra a servir aos objetivos de outros.

Compreende-se, assim, por que Aristóteles permanece estranho aos ideais modernos sobre a igualdade natural. Isto acontece, pois, para ele, a natureza, que fez de nós todos seres racionais, não nos torna por isso igualmente livres. Ao contrário, a liberdade é tampouco um dado natural, como o escravo é aquele que permanece em algum tipo de estado natural.

E... NÓS MODERNOS E ARISTÓTELES...

Talvez Aristóteles nos diga que, na contracorrente do pensamento moderno, verdadeiramente nascemos escravos e, mediante um alvo, um projeto de vida, podemos, quem sabe, encontrar um meio de aprofundar nossa existência. Note-se: essa capacidade de escolher um alvo a partir do qual a existência se constitui é certamente a mais clara prova da liberdade no pensamento político moderno. Entendido dessa forma, Aristóteles não se distancia dos modernos, a não ser sob o ponto de vista de saber quem possui essa capacidade.

Para nós, modernos, é tácito que desde o nascimento, mas de maneira nominal, a todos os humanos, enquanto que, para o autor grego, de uma maneira real, apenas alguns humanos adultos privilegiados.

Todos os homens são igualmente livres? Essa questão provocadora, quando encontra uma resposta, como em Aristóteles, sem referência ao direito perde um pouco de seu caráter provocador. Uma resposta negativa retira a provocação, pois afirma nossa verdade. Mas ao responder negativamente, coloca em evidência, no fundo, a falta, dramática, de autonomia que alguns humanos vivem, mesmo que proclamados livres segundo a lei.

O julgamento de Aristóteles sobre a escravidão natural, que em sua época englobava uma parte dos que se tornavam escravos, entretanto, se estendia a muitos de seus contemporâneos que eram de condição livre, e que somente tinham como alvo em sua existência a satisfação dos prazeres corporais. O filósofo assimila a existência desses homens à do escravo, já que eles eram comandados apenas por um objetivo fixado pela nossa parte animal (Ética a Nicômaco, I, cap. 3). Esse é um julgamento que também afeta a nós, os modernos.

ALMA SERVIL: A POLÍTICA, O TRABALHO E OS ASSUNTOS HUMANOS

É preciso lembrar que, para Aristóteles, ter um projeto que dá sentido à vida é TER UMA POLÍTICA, e que a política propriamente dita responde às necessidades de ordenar os assuntos humanos em função de um objetivo último. Para se compreender, é preciso explicar o que é política para Aristóteles.

A política está estritamente ligada às éticas, as quais conhecemos em duas versões, intituladas Ética a Nicômaco e Ética a Eudemo. Essas ligações explicam, antes de tudo, por uma finalidade última, que Aristóteles assinala no livro *Política*, e que afirma ser a felicidade dos

que compõem a cidade (*polis*).

Essa idéia de felicidade (*eudamonia*) fornece ao filósofo o princípio formal a partir do qual ele pensa o início dos assuntos humanos. A felicidade é um nome que ele dá àquilo que visa direta ou indiretamente a toda atividade, e que ele se propõe investigar filosoficamente, o que sob esse nome – felicidade – é capaz de dar sentido à existência de alguém que tem um objetivo comum a coordenar todas as suas atividades. A idéia de felicidade, para o autor, é o que lhe permite colocar em andamento uma pesquisa sobre um gênero de atividade que seja racionalmente o fim último da existência humana.

Aristóteles observa que o projeto de dar sentido à vida que cada indivíduo atento faz ao coordenar suas diferentes atividades e as subordinar a um objetivo comum, é exatamente de mesma natureza que o projeto de toda a *Política*, que consiste em ordenar todas as atividades diferentes da cidade em função de um objetivo comum (este é o assunto da *Ética a Nicômaco*, I, cap. 1, 1098a 28-b10).

No fundo, o indivíduo ter um alvo, perseguir um objetivo, é ter uma *política*, e ordenar seus assuntos como a cidade (*polis*) ordena os assuntos de todos. Para o autor, isso é mais do que simples analogia, pois o fim último da *política* não pode ser formalmente diferente daquele que cada indivíduo busca. Ao contrário, o que dá sentido à *política*, o que a justifica, em seus princípios, as ordens e as leis que ela edita, é precisamente o que dá um sentido a existência dos indivíduos, para os quais as leis são feitas. Dito de outra forma, a *política* é definitivamente a maneira a partir da qual os humanos reunidos na cidade (*polis*) buscam construir um sentido para a sua existência. A *política* responde, então, ao objetivo que visa a cada um dos cidadãos (*polites*) e prescreve soberanamente, em função desse alvo, o que cada um deve cumprir.

Voltando ao nosso tema da escravidão, podemos já notar que uma alma servil é aquela que se coloca como estranha ao projeto em que consiste toda *política*.

Entre a psicologia do homem livre e aquela do escravo existem mais coisas do que uma simples capacidade nominal de autonomia. Há uma capacidade de conceber, como sendo desejável para si, um outro alvo que aquele imediato, possível de ser vivido, que nos é dado pela natureza. Mas a alma servil não é somente incapaz de se fixar em um alvo último diferente do dado naturalmente, mas ela é incapaz, em seu desejo de viver, de construir um objetivo para além do imediato e, então, de dar sentido a uma atividade que não seja imediatamente rendosa, mas se justifique por um fim em si mesmo. Em suma, a alma escrava é aquela que é incapaz de conceber uma técnica ou uma arte. Por isso, a

alma servil produz apenas uma mão-de-obra para o mundo do trabalho.

A relação entre senhor e escravo é considerada por Aristóteles no seio das relações familiares, lugar no qual ela representa a relação de um chefe de empresa e da mão-de-obra doméstica, o que é típico das relações de trabalho de nosso mundo contemporâneo. A mão-de-obra aparece como espontânea, assim como os que procuram empregos nos dias de hoje, todos aqueles que são incapazes de se colocar como trabalhadores independentes ou, como dizemos, “a sua própria conta”, e então colaboram como instrumentos na empresa de outro.

O trabalhador atual é como o escravo antigo, trabalha para outro executando um plano da empresa que ele não concebeu, nem quer conceber. E como o escravo antigo, ele leva vantagem com o sucesso da empresa, já que seu salário é a medida do sucesso da mesma. Como o escravo natural de Aristóteles, é um instrumento da produção das riquezas materiais, das quais apenas indiretamente tira proveito.

É claro que o trabalhador moderno não é juridicamente propriedade de seu padrão, como era o escravo antigo de seu senhor. Mas, aristotelicamente falando, a distinção entre senhor e escravo natural se estende para além da definição legal. A oposição se situa entre aquele que naturalmente visa, na existência, a outra coisa que seu trabalho e aquele que não visa, e que se satisfaz em ganhar a vida, expressão comum em nossos dias.

A escravidão, vista dessa forma, e é dessa forma que a análise aristotélica adquire sentido hoje, torna-se assimilável à quantidade de senhores que possuem autonomia em seu trabalho profissional e estão em condições de dirigir uma empresa, mas que são destituídos de desejo para procurar, na existência, um objetivo último que daria sentido definitivo à prosperidade procurada pelo trabalho. É esse alvo último que Aristóteles chama de *política*, a comunidade política.

Essa distinção é fundamental para o nosso autor, pois, sem esse alvo superior, a cidade (*polis*) conserva a natureza das associações que a antecederam. A comunidade política é criada a partir de associações com fins restritos (família, vila) incapazes de sozinhas fornecer aos seus membros todos os bens necessários à vida, mas, uma vez constituída a comunidade que garanta todas as necessidades, os homens se dividem entre os que se contentam com sua sorte e aqueles que concebem para a existência um alvo. Um objetivo para a existência, um objetivo no qual a prosperidade fornece os meios e não o fim (*Política* I, cap. 2). Se a cidade estivesse apenas interessada na prosperidade material, ela não seria diferente da empresa familiar que reúne o senhor e sua domesticidade servil. Ela se torna uma grande empresa doméstica. É contra essa confusão que o livro I da *Política* se levanta.

Aristóteles nos mostra que a prosperidade, a riqueza que a cidade (*polis*) engendra não são os fins últimos, mas meios a partir dos quais se serve para atingir um outro alvo. Sem esse objetivo colocado além do desejo de prosperar materialmente, a comunidade política tende a conservar entre os seus membros um tipo de relação idêntica às relações de eficácia e naturais que prevalecem na empresa. Dito de outra, a cidade reproduz a relação senhor natural – escravo natural entre os cidadãos. A partir dessa relação, o governo na cidade (*polis*) torna-se despótico, pois os governados são como mão-de-obra, instrumento dos governos que utilizam esses falsos cidadãos como operários de suas causas. Esse problema se torna relevante ao autor na medida em que aparecem riquezas potencialmente ilimitadas, e que oferecem ao enriquecimento a possibilidade de ser um fim de toda indústria humana. O que exige Aristóteles, do ponto de vista moral, é um limite ao enriquecimento, um sentido para a riqueza para além dela mesma.

O ECONÔMICO E O POLÍTICO: UMA DIFÍCIL RELAÇÃO

Enfim, observadas dessa forma, as construções de Aristóteles tornam-se instrutivas, pois, na perspectiva do autor, os escravos naturais são naturalmente estranhos à finalidade última da ordem política, que apenas concebe o homem livre e autônomo em posse da prosperidade material. Ora se a alma escrava de Aristóteles tem algo de real, para além da toda lei existiria uma tendência natural à servidão. Hoje somos por lei autônomos e livres, obrigados por lei a tomar partido na política e assumir as mesmas responsabilidades. Cabe, então, a partir do olhar aristotélico, perguntar se a situação atual não expõe a ordem política a se afundar na ordem econômica e se o peso das almas servis na balança política não leva ao perigo de fazer pendê-la para o lado do único alvo que a alma escrava é capaz de entender, ou seja, a prosperidade material imediata. Talvez devêssemos nos perguntar mais se o peso da alma servil contratada nas e pelas liberdades políticas não predispõe, paradoxalmente, ao confisco dessa mesma liberdade por alguns “senhores naturais” a seu favor.

O autor grego nos coloca de forma clara esse risco, a difícil relação entre o econômico e o mundo da *política*. Ele faz isso a partir de uma definição precisa do que seja escravo natural. Como já vimos em páginas anteriores, ele não se caracteriza por nenhuma incompletude, ele é naturalmente idêntico ao homem livre do ponto de vista de suas faculdade mentais, e, como afirma o filósofo, com a idade a razão vem a todos e o escravo é um ser racional. Longe de ser um ser privado

daquilo que a natureza dá a todos os homens, uma vez adultos, o escravo natural tem na razão o que lhe sobra, o que lhe resta. O que lhe falta é a educação dos homens livres, e dessa forma ele é tomado por um caráter dócil. Ele é feito para obedecer. O escravo natural é, para o filósofo, o bárbaro entre os gregos e que a cultura não pode suportar.

O único remédio possível para as almas servis, no sentido aristotélico, está na educação, sem a qual nenhuma abolição da escravidão, seja por lei ou não, terá sentido. É isso que Aristóteles faz nos livros VII-VIII da *Política*: um programa de educação para a deliberação do destino do homem livre.

OBRAS CONSULTADAS

ARISTOTE. *Politique*. Paris: Belles Lettres, 1955.

_____. _____. Paris: Vrin, 1995.

_____. *Constitution d'Athènes*. Paris: Belles Lettres.

_____. *Les Politiques*. Traduction, introduction, notes et bibliographie par P. Pellegrin. Paris: Gallimard, 1990.

_____. *Éthique à Nicomaque*. Paris: Belles-Lettres, 1953.

_____. *Éthique à Eudème*. Paris : Belles-Lettres, 1953.

AUBENQUE, P. Theorie et pratique politiques chez Aristote, in *La Politique d'Aristote, Entretiens sur l'Antiquité Classique*, Vandoeuvres-Geneve, Fondation Hardt, v. 11, p. 97-123, 1965.

_____. *Aristote Politique: étude sur la Politique d'Aristote*. Paris: PUF, 1993.

KULLMAN, W. L'image de l'homme dans la pensée politique d'Aristote. *Les Études Philosophiques*, n. 1, p. 25-46, 1989.

PELLEGRIN, P. La theorie aristotélicienne d'esclavage: tendances actuelles de l'interpretation. *Revue Philosophie*, v. 172, p. 345-357, 1982.